



## A FIGURAÇÃO ENTRE ESTUDANTES INDÍGENAS DO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS.

**Frâncio Costa Simão<sup>1</sup>**  
**Marinilde Verçosa Ferreira<sup>2</sup>**  
**Heloisa Helena Correa da Silva<sup>3</sup>**

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo descrever a nova figuração entre estudantes indígenas do Instituto de Natureza e Cultura, devido ao aumento significativo de sua presença entre os anos de 2016 a 2018 na Universidade Federal do Amazonas. Se utilizou nesta pesquisa as abordagens qualitativas e quantitativas. Obteve-se como resultado que entre os anos de 2016 a 2018 o instituto atende 448 (quatrocentos e quarenta e oito) estudantes indígenas, os quais 414 (quatrocentos e quatorze) encontram-se regularmente matriculados e frequentando seus respectivos cursos. A Instituição atende atualmente 08 (oito) etnias, bem como: Tikuna, Kokama, Kambeba, Kanamari, Marubo, Mayoruna, Kaixana e Witota.

**Palavras Chave:** Figuração – Estudantes – Indígenas – Nível Superior

**ABSTRACT:** This paper aims to describe the new figuration among indigenous students of the Institute of Nature and Culture, due to the significant increase in their presence between 2016 and 2018 at the Federal University of Amazonas. This research used qualitative and quantitative approaches. As a result, between 2016 and 2018, the institute serves 448 (four hundred and forty-eight) indigenous students, of which 414 (four hundred and fourteen) are regularly enrolled and attending their respective courses. The institution currently attends 08 (eight) ethnic groups, as well as: Tikuna, Kokama, Kambeba, Kanamari, Marubo, Mayoruna, Kaixana and Witota.

**Keywords:** Figuration - Students - Indigenous - Higher Education

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração.

<sup>2</sup> Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia

<sup>3</sup> Doutora em Serviço Social



## 1 Introdução

Este estudo tem o propósito, de descrever a nova figuração entre estudantes indígenas do Instituto de Natureza e Cultura, campus Benjamin Constant, da Universidade Federal do Amazonas, entre os anos de 2016 a 2018.

Buscou-se problematizar a partir de se pensar quem são estes estudantes indígenas que estão buscando o Ensino Superior, uma vez que o Instituto vem apresentando nos últimos anos um aumento significativo da presença destes.

Sabe-se que a presença de estudantes indígenas nas universidades públicas se constitui em um fenômeno recente no Brasil, principalmente na última década, decorrente da progressiva ampliação da escolarização de crianças, jovens e adultos em terras indígenas, bem como de políticas institucionais para a inclusão das minorias étnicas na sociedade majoritária se preocupando com a inserção dos grupos discriminados: mulheres, negros, indígenas entre outros.

As discussões sobre o Ensino Superior para indígenas são marcadas pela necessidade de cumprimento da educação bilíngue, presente na Constituição de 1988, requerendo a atuação de professores indígenas, e a questão da luta pela terra, permeada por aparatos jurídicos, o qual tem requerido maior formação científica das lideranças indígenas.

Dessa maneira, se utilizou nesta pesquisa o aporte das abordagens qualitativas e os aspectos quantitativos. Inicialmente se buscou demonstrar de forma quantitativa a partir de dados secundários oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Plano de Desenvolvimento para os Povos Indígenas elaborados pela FUNAI e da Coordenação Acadêmica do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, as características dos estudantes indígenas. Posteriormente, com base nestes dados, foi descrito de maneira qualitativa a nova figuração e formação acadêmica em que se encontram estes estudantes, sob o viés da teoria eliasiana e outros pensadores.

Esse estudo assume fundamental relevância na medida em que pode constituir-se em uma atual compreensão dos processos sociais que criam redes de relações e figurações que entrelaçadas formam um novo perfil de estudantes



indígenas que ingressam e permanecem no ensino superior, uma vez que a instituição atente atualmente 08 (oito) etnias, bem como: *Tikuna, Kokama, Kambeba, Kanamari, Marubo, Mayoruna, Kaixana e Witota*.

## 2 A Figuração entre Estudantes Indígenas no Instituto

Norbert Elias procurou desenvolver, durante toda sua trajetória intelectual, um pensamento que ultrapassa as fronteiras estabelecidas entre os campos de conhecimento, resistindo aos dualismos simplistas e às categorizações estereotipadas.

Conforme Delzescaux (2001), cita que através da multiplicidade de assuntos e da diversidade de disciplinas com as quais Norbert Elias dialoga, o sociólogo estende os limites da sociologia ao compreender que os processos sociológicos não existem em si mesmos, mas estão intimamente relacionados aos processos históricos, educacionais, psicológicos e biológicos.

Nesse sentido, não se trata de pensar em estruturas sociais estáticas, mas de considerá-las sempre em desenvolvimento a longo prazo, tampouco de considerar ações sociais como individuais, pois o indivíduo deve ser inscrito dentro de uma rede de relações.

A teoria de Norbert Elias nos provoca a pensar, como as instituições sociais, particularmente as escolares, tornaram-se fundamentais na produção e na circulação cultural de saberes elementares no século XIX e início do XX na realidade brasileira. A escola como instituição produtora e representante de referenciais civilizatórios apresenta-nos, desde logo, entre outras, uma inquietação: na perspectiva de Norbert Elias, o que pode ser considerado por instituição social? Para problematizar, por ora, focarei principalmente o conceito de figuração e a questão da atuação do Estado ao novo perfil de estudantes indígenas que ingressam e permanecem no ensino superior.



Desde a década de 1990, discussões que permeiam temas como multiculturalismo e interculturalidade vêm adquirindo importância nas políticas públicas nacionais, sendo relevantes acerca das políticas de acesso ao ensino superior de populações historicamente excluídas.

### **2.1 Estudantes Indígenas**

Vale ressaltar que a última década está sendo marcada por um aumento significativo de estudantes indígenas em universidades brasileiras, sejam públicas ou privadas. Esse crescimento demonstra o impacto das políticas públicas desenvolvidas pelos governos anteriores, decorrente dos movimentos dos próprios povos originários, que entre outros caminhos elegeram o Ensino Superior como um espaço político de afirmação e as Universidades como aliada em suas lutas, principalmente neste atual cenário político brasileiro, onde vivenciamos um governo conservador e radicalista.

Norbert Elias (1994) em sua obra “A Sociedade dos Indivíduos”, explica que a formação sócio – histórico das atuais sociedades só existe e funciona porque há um grande número de indivíduos, os quais isoladamente querem e fazem certas mudanças, no entanto sua atual estrutura e suas grandes transformações históricas independem de suas particularidades.

Faustino (2016) menciona ainda que “os organismos internacionais têm utilizado os termos de cultura e diversidade cultural para intervenção nos países em que atuam”. Assim, tais termos passaram a figurar nos discursos dos chefes de Estado, nas políticas públicas, na produção intelectual, na mídia, nas reivindicações dos movimentos sociais, e atualmente tem constado na agenda de governos conservadores.

Para Elias (1980), as instituições sociais são, numa acepção figurativa, dinâmicas que se referem essencialmente a seres humanos interdependentes formando, uns com os outros, um emaranhado flexível de tensões e comportamentos comumente formalizados e institucionalizados demarcando



especificidades e pertinência para a constituição de grupos, cidades, Estados e nações.

Essa nova rede de figuração que formam as populações indígenas historicamente excluídas atualmente figuram-se conforme dados do Censo Demográfico do IBGE em 2010, cerca de 896,9 mil indígenas no Brasil, sendo identificadas 305 etnias, a qual destaca-se a Tikuna, com cerca de 6,8% da população indígena concentrada principalmente na região Norte. Além disso, os povos indígenas estão presentes nas cinco regiões do Brasil, sendo que a região Norte concentra cerca de 342.800 mil indígenas, enquanto na região Sul habitam aproximadamente 78,8 mil. Do total de indígenas no País, 502.783 mil vivem na zona Rural e 315.180 mil habitam as zonas urbanas brasileiras.

De acordo com Honorato (2017), diz que “pensar de maneira interdependente instituições, indivíduos e sociedade, no interior de um tempo e espaço, significa identificar e analisar os acontecimentos sem estabilizá-los como estruturas superiores e sem perder a dimensão dos longos processos humanos”. Dessa maneira, percebe-se que essas instituições são figurações específicas e dialógicas com o estágio do processo civilizador de uma dada sociedade constituída de longos passados conflituosos e futuros distantes, incertos.

Conforme Norbert Elias (1993; 1994a) na sua obra Teoria dos Processos Civilizadores, diz que o processo civilizador, ao elaborar os estágios de desenvolvimento de uma civilização, nos permite sistematizar:

- 1) os processos educativos, institucionalizados ou não, têm centralidade em qualquer civilização, isso porque há uma constante que é a aprendizagem de comportamentos, tanto no plano individual quanto no social, transmitida de uma geração para outra, podendo se transformar em um *habitus* (segunda natureza); 2) a formulação e incorporação dos valores educativos como *habitus* implicam efetivas mudanças de conduta e sentimentos rumo a uma direção específica, maior controle social e autocontrole das emoções dos indivíduos; 3) o (auto)controle das emoções, bem como, dos saberes populares e científicos, fomenta um crescente processo de individualização no social, e esse processo passou a ser cada vez mais potencializado e assegurado por grupos e instituições específicas, no caso, a escolar; 4) a escolarização dos indivíduos tornou-se então obrigatória, e, assim, na estruturação da modernidade, a regulação dos saberes elementares fora monopolizada pelo Estado-nação como um dos fundamentos de sua existência, assim como aconteceu com o controle legítimo do uso da força física e da arrecadação tributária.



## 5° EPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13,14 e 15/09/2019

Benjamin Constant/AM - Brasil

Segundo Paixão (2010), “o mundo ocidental que conhecemos foi talhado pelo projeto colonial europeu, iniciado entre os séculos XV e XVI”. Neste período dá início a uma longa trajetória de exploração de povos das chamadas culturas primitivas, isto é, de todos aqueles identificados como potenciais produtores de riquezas. Nasce, nesse contexto, um sistema de dominação, onde a ciência aplicada é direcionada ao mundo prático da vida e dos negócios, sob tecnologias de apropriação da cultura e da natureza.

Implantar escolas para indígenas é uma prática antiga, inaugurada no período colonial, que visava, sobretudo, cristianizar os povos originários da América. Conquanto tenha produzido marcas profundas de desvalorização das línguas nativas e de dismantelamento de organizações e práticas sociais, a escola também passou a fazer parte da vida desses povos. BERGAMASCHI (2018, pag.38)

Conforme Paladino (2013), “o Brasil, ao final de 1990, mantinha a educação superior indígena fora de qualquer agenda de governo”. Assevera a autora que, mesmo havendo estudantes pertencentes aos povos originários graduados nesse período, muitos deles lideranças do movimento indígena, naquele momento era mais urgente implantar escolas de ensino básico em terras indígenas. A Constituição Federal de 1988 é considerada um divisor de águas, pois “produziu uma virada conceitual que alterou significativamente as relações do Estado com os povos indígenas” (Bonin, 2008, p. 99).

Os estudantes indígenas, foram contemplados mediante o reconhecimento da educação escolar indígena na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no Plano Nacional de Educação de 2001 e nas Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Indígena no Brasil, bem como associado às discussões e experiências de implantação das cotas para estudantes negros oriundos de escolas públicas e indígenas nas universidades públicas.

De acordo com Bergamaschi (2018), a promulgação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, intitulada Lei de Cotas, encerra a discussão quanto ao mérito da implantação de mecanismos de acesso e permanência de alunos autodeclarados



## 5° EPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13,14 e 15/09/2019

Benjamin Constant/AM - Brasil

negros e índios nas universidades federais brasileiras, instituindo o caráter obrigatório da adoção de tais políticas, que, anteriormente, dependiam da iniciativa de cada instituição. Contudo, é pertinente ressaltar que a atual Lei Federal não põe termo aos desafios que a efetiva presença indígena nesses espaços impõe, pois apenas garante o direito formal desses povos ao acesso ao ensino superior. O estabelecimento de ações de apoio à permanência se configura como nova etapa de importantes discussões no cenário dessas instituições.

### **2.2 Formações Acadêmicas**

A seguir apresento a Tabela 01, demonstrando o quantitativo do número de estudantes indígenas matriculados, evadidos, formados e jubilados entre os anos de 2016 a 2018, dados estes oriundos da Coordenação Acadêmica do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas localizado no município de Benjamin Constant, campus do Alto Solimões.

Curso, Gênero e Situação	Frequência	Freq. Relativa	Porcentagem (%)
Administração	47	0,10	10%



## 5° EPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13,14 e 15/09/2019

Benjamin Constant/AM - Brasil

Masculino	25		
Feminino	22		
<b>Pedagogia</b>	<b>71</b>	<b>0,158</b>	<b>15,8%</b>
Masculino	34		
Feminino	37		
<b>Ciências Agrárias e do Ambiente</b>	<b>70</b>	<b>0,156</b>	<b>15,6%</b>
Masculino	43		
Feminino	27		
<b>Antropologia</b>	<b>72</b>	<b>0,161</b>	<b>16,1%</b>
Masculino	50		
Feminino	22		
<b>Letras e Licenciatura e Espanhol</b>	<b>71</b>	<b>0,158</b>	<b>15,8%</b>
Masculino	40		
Feminino	31		
<b>Biologia e Química</b>	<b>83</b>	<b>0,185</b>	<b>18,5%</b>
Masculino	52		
Feminino	31		
<b>Matriculados</b>	<b>414</b>	<b>0,92</b>	<b>92%</b>
Masculino	244	0,54	54%
Feminino	170	0,38	38%
<b>Formados</b>	<b>13</b>	<b>0,03</b>	<b>3%</b>
<b>Evadidos</b>	<b>5</b>	<b>0,11</b>	<b>1%</b>
<b>Jubilados</b>	<b>16</b>	<b>0,04</b>	<b>4%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>448</b>	<b>1</b>	<b>100%</b>

**TABELA 01 – Demonstrativo do quantitativo dos estudantes indígenas matriculados, evadidos, formados e jubilados presentes no Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas INC/UFAM entre os anos de 2016 a 2018.**

**Fonte:** Dado Coletados Junto a Coordenação Acadêmica do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas em 2018.

Os dados revelam, que o Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas que entre os anos de 2016 a 2018 atende 448 (quatrocentos e quarenta e oito) estudantes indígenas, os quais 414 (quatrocentos e quatorze) encontram-se regularmente matriculados e frequentando seus respectivos cursos, bem como realizando estágios supervisionados e não supervisionados em





## 5° EPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13,14 e 15/09/2019

Benjamin Constant/AM - Brasil

instituições conveniadas com a UFAM, além de desenvolverem PIBICs (Programa de Iniciação Científica), PACEs (Programa de Atividades Curriculares e Extensão) e PIBIDs (Programas de Iniciação à Docência), totalizando 92% destes.

Bergamaschi (2018) explica que a nova Constituição contempla o direito à educação escolar específica e diferenciada dos povos indígenas. No entanto, ações que de fato propiciem o ingresso de estudantes indígenas no ensino superior são mais recentes, instituídas desde o início da década de 1990 por meio de convênios entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e algumas instituições privadas e comunitárias. Desde 2004, o Programa Universidade para Todos (ProUni), do governo federal, também tem sido importante porta de entrada para instituições de ensino superior privadas.

Além de frequentarem seus cursos os estudantes indígenas participam ativamente de atividades extracurriculares, bem como em eventos (*workshops*), seminários, mesas redondas e conferências realizadas na Instituição de ensino e nas cidades de Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga, as quais encontram-se próximas ao Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas.

Segundo os dados apresentados na Tabela 01, entre os anos de 2016 e 2018 o Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, já formou 13 (treze) estudantes indígenas que corresponde a 3% do quantitativo. Outra informação da Tabela 01, demonstra que 4% destes estudantes já foram jubilados por motivos de não cumprimento da carga horária exigida, ausência em sala de aula, falta de créditos em atividades de pesquisa e extensão, além disso um dos fatores que compromete o jubramento destes estudantes, configura-se pelo fato de não ser entregue nas datas prefixadas um pedido de prorrogamento do prazo para conclusão do curso.

Conforme os dados disponibilizados pela Coordenação Acadêmica do Instituto de Natureza e Cultura demonstrados na tabela 01, 1% destes estudantes indígenas encontram-se evadidos de seus respectivos cursos, devido diferentes motivos, como a não conclusão das disciplinas matriculadas, a reprovação constante



## 5° EPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13,14 e 15/09/2019

Benjamin Constant/AM - Brasil

nas disciplinas por não participar das aulas, não realizar as avaliações e priorizar outras atividades que não são acadêmicas, conseqüentemente estes estudantes desistem de seus cursos, ou migram para um outro curso que se identifique.

Os dados da Tabela 01 revelam ainda que os cursos de licenciatura possuem a presença do maior número de estudantes indígenas, sendo que o curso de Licenciatura em Biologia e Química atende 18,5% destes estudantes, seguido de Licenciatura em Pedagogia que corresponde a 15,8% e Licenciatura em Ciências Agrárias e do Ambiente que também atende 15,8%, por fim o curso de Licenciatura em Letras e Espanhol, que ainda assim possui uma equivalência com a participação de 15,6% dos estudantes indígenas. Este resultado reforça o pensamento de Lima e Hoffmann (2007, p.260) que “as discussões sobre o Ensino Superior para indígenas são marcadas pela necessidade de cumprimento da educação diferenciada e bilíngue que requer a atuação de professores indígenas.

Conforme Bergamaschi (2018), atualmente o ingresso de indígenas no ensino superior público tem maior impacto por meio de ações em dois segmentos: a constituição de cursos específicos, como o Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), criado pelo Ministério da Educação (MEC), suprimindo, embora parcialmente, a necessidade de formação diferenciada de professores indígenas; e a oferta de vagas especiais ou suplementares em cursos regulares, tema deste estudo.

Amaral (2012), diz ainda que antes da Lei Federal nº 12.711/2012, cerca de 50 instituições de ensino superior desenvolviam políticas de ingresso de estudantes indígenas por meio de licenciaturas interculturais, ou vagas reservadas ou suplementares, o que em boa parte garantiu o ingresso efetivo desse público nas universidades brasileiras até a promulgação da referida lei.

Não obstante, este estudo evidenciou um outro aspecto também já mencionado por Lima e Hoffman, que se refere a questão da luta pela terra, permeada por aparatos jurídicos (laudos, contralaudos, etc.) que tem requerido maior formação científica das lideranças indígenas para melhor compreensão e atuação nessa área, que conforme apresentado na tabela 01 o curso de



## 5° EPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13,14 e 15/09/2019

Benjamin Constant/AM - Brasil

Bacharelado em Antropologia atende a 16,1% de estudantes indígenas os quais veem no curso uma oportunidade de fortalecimento de seus movimentos sociais. Já o curso de Bacharelado em Administração possui a presença de 10% destes estudantes os quais buscam desenvolver um perfil de liderança para condução e fortalecimento de suas organizações.

Vale ressaltar que estes estudantes indígenas ingressam na instituição de diferentes maneiras, bem como: Sistema de Seleção Unificada (SISU), Processo Seletivo Contínuo (PSC), Processo Seletivo para o Interior (PSI), Processo Seletivo Extramacro (PSE), Processo Seletivo para Educação a Distância (PSEaD), Processo Seletivo para Licenciatura Indígena (PSLIND), Processo Seletivo Especial para Licenciatura de Libras (PSELib), Processo Seletivo Cursos Sequenciais (PSCS), Processo Seletivo Simplificado (PSS), Processo Seletivo PARFOR, Transferência *ex-officío*, Programa de Estudante Convênio (PEC-G), Aluno Cortesia e pela Mobilidade Estudantil.

O Governo Federal Junto a Universidade possibilita a inclusão das minorias étnicas na sociedade majoritária se preocupando com a inserção dos grupos discriminados: mulheres, negros, indígenas, deficientes entre outros.

Tassinari e Ioris (2013, p.218) mencionam que no que tange ao ensino superior, “até 2007 o Conselho Nacional de Educação estimava existir no Brasil cerca de 5.000 estudantes universitários indígenas, entre formados e formandos, considerando principalmente o seu perfil socioeconômico, as autoras destacam que a maior parte dessa população cursou a educação básica em escolas públicas, as quais, com raras exceções, padecem com a falta de preparo de professores e gestores para o trato da presença indígena, sendo um agravante para os problemas normalmente encontrados na escolarização de camadas populares”.

Com base neste cenário, há que se considerar, também, que muitos estudantes indígenas trilharam outros percursos escolares, como escolas religiosas próximas de suas aldeias. Dessa forma, é de se supor que esse contingente de estudantes universitários indígenas venha crescendo consideravelmente, tanto através de políticas de reservas de vagas, quanto de Cursos de Licenciaturas, sendo



## 5° EPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13,14 e 15/09/2019

Benjamin Constant/AM - Brasil

que as experiências para promover o acesso dos indígenas ao ensino superior podem ser observadas nas várias regiões do país, mas em diferentes proporções.

Outro aspecto verificado na tabela 01, é a presença quase equivalente do gênero entres os estudantes, os quais o gênero masculino representa 54%, enquanto o feminino 38%. De acordo com o IBGE (2010) cita ainda que as mulheres também estão cada vez mais economicamente ativas e estudam mais que os homens.

São essas e outras tantas mulheres que vem escrevendo novas histórias na sociedade, reafirmando a conquista por igualdade de gênero como lembra Perrot (2018, p.16), “escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas”. Scott (1996) destaca ainda que as mulheres têm uma história separada da dos homens, a história das mulheres trata do sexo e da família e que deveria ser feita separadamente da história política e econômica.

Essa crescente presença feminina tanto nas universidades como em outros espaços sociais, dar-se como consequência das frequentes lutas por igualdade de gênero, onde três perspectivas podem ser delineadas no que se refere às teorias que caracterizam esse movimento, conforme explica Bradley (1996),

A primeira delas, denominada feminismo liberal, destaca a luta pela igualdade de oportunidades e direitos individuais, como o voto, a igualdade no mercado de trabalho, os mesmos direitos legais para os homens e para as mulheres entre outros. As críticas a esta perspectiva existem sobretudo no que se refere à ênfase ao individualismo e a ausência de discussão e aprofundamento sobre as questões culturais, construindo desta forma uma crítica social limitada. A segunda perspectiva é o feminismo marxista, que reivindicava principalmente direitos no mercado de trabalho. Para estas feministas o estado as tratava como instrumento de controle e opressão do capitalismo, pois como força de trabalho atuavam enquanto exército de reserva, e no trabalho doméstico serviam como instrumento de acumulação do mercado capitalista. Teoricamente, esta concepção aplicou as ferramentas de Marx aos métodos e nas análises na relação de gênero. A terceira e última perspectiva, o feminismo radical, pode ser entendido como uma fusão das duas últimas. As feministas radicais utilizam o termo para se referir a uma estrutura geral de dominação do homem na sociedade. Utilizando-se de estratégias políticas de reivindicação, seu foco é a intimidade pessoal, como casamento e relacionamentos, que para elas são apenas formas de contrato pessoal, sendo a reprodução apenas uma das muitas formas de se oprimir a mulher.



### 2.3 Etnias dos Estudantes Indígenas

Esse estudo assume fundamental importância na medida em que pode constituir-se em uma atual compreensão das novas redes de relações que impulsionam estudantes indígenas no ingresso e permanência ao nível superior, uma vez que a instituição apresentou entre os anos de 2016 a 2018 um aumento substancial da presença de estudantes indígenas no Instituto o qual atende indígenas de 08 (oito) etnias, bem como: *Kokama*<sup>4</sup>, *Kambeba*<sup>5</sup>, *Kaixana*<sup>6</sup>, *Kanamari*<sup>7</sup>, *Marubo*<sup>8</sup>, *Mayoruna*<sup>9</sup>, *Ticuna*<sup>10</sup> e *Witota*<sup>11</sup>, as quais compõe o Plano de Desenvolvimento para Povos indígenas elaborado pela FUNAI em 2012., conforme o Gráfico 01 abaixo:

---

<sup>4</sup> Etnia indígena com predominância nas terras de Acapuri de Cima no município de Fonte Boa, em São Domingos do Jacapari, Espírito Santo e São Sebastião entre Jutá e Tonantins. Além disso, predomina-se na comunidade de Sapotal no município de Tabatinga.

<sup>5</sup> Etnia indígena com predominância nas terras pertencentes ao município de São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Fonte Boa.

<sup>6</sup> Etnia indígena com predominância nas terras de São Sebastião no município de Tonantins com uma população em 2012 de 2.209 indígenas.

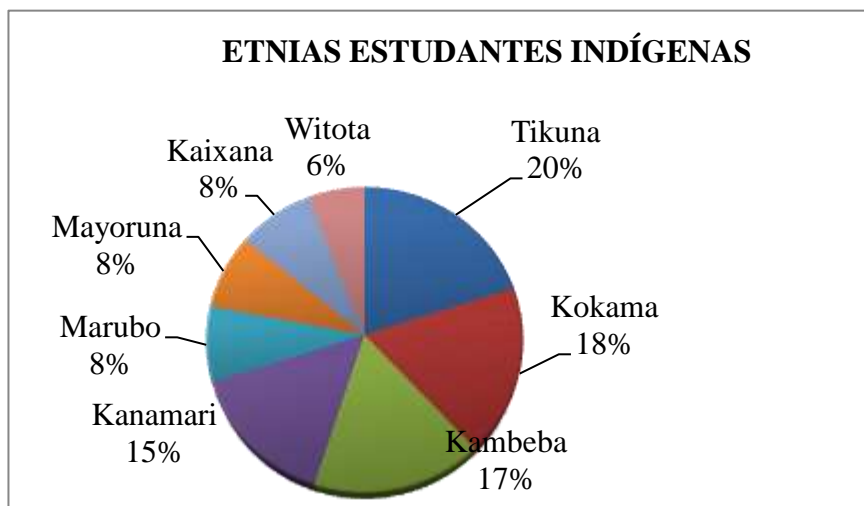
<sup>7</sup> Etnia indígena com predominância nas terras do Vale do Javari com área de 8.544482 hectares, que corresponde aos municípios de Atalaia do Norte Benjamin Constant, Jutá e São Paulo de Olivença.

<sup>8</sup> Etnia indígena com predominância nas terras do Vale do Javari com área de 8.544482 hectares, que corresponde aos municípios de Atalaia do Norte Benjamin Constant, Jutá e São Paulo de Olivença.

<sup>9</sup> Etnia indígena com predominância nas terras do Vale do Javari e do Lameirão com área de 8.544482 hectares, que corresponde aos municípios de Atalaia do Norte Benjamin Constant, Jutá e São Paulo de Olivença.

<sup>10</sup> Os Tikunas constituem o maior grupo indígena no País em termos populacionais, contando com 48.246 pessoas no Alto Solimões, predominando em terras pertencentes aos municípios de São Paulo de Olivença, Benjamin Constant, Tabatinga, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutá e Fonte Boa.

<sup>11</sup> Etnia indígena com predominância nas terras do município de Amaturá, com uma população que correspondia até 2012 cerca de 234 indígenas. (Plano de Desenvolvimento para Povos Indígenas-FUNAI, 2012)



**Fonte:**

Coletados

Coordenação Acadêmica do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas em 2018.

Dado

Junto

a

Estes estudantes indígenas advêm de diferentes municípios da 1° Sub-Região do Alto Solimões, bem como: Fonte Boa, Jutaí, Tonantins, Santo Antônio do Içá, Amaturá, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga, e que frequentam os cursos de graduação, bem como, Antropologia, Administração, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Biologia e Química, Licenciatura em Letras e Espanhol, e Licenciatura em Ciências Agrárias e do Ambiente.

Este estudo apresenta aspectos de relevância social, verificados na Universidade, possibilitando a discussão entre estudantes indígenas, acerca do acesso ao ensino superior público por meio das políticas de cotas, bem como os fatores motivacionais que impulsionam seu ingresso e permanência ao nível superior. Esse diálogo se faz importante e urgente para a garantia de um acesso com qualidade aos estudantes indígenas, visando a construção de uma universidade que garante a voz pluriétnica, tal como a reivindicação e promoção de espaços de debates, para que pense em políticas públicas visando combater a discriminação



## 5° EPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13,14 e 15/09/2019

Benjamin Constant/AM - Brasil

racial e étnica, de gênero, de origem, bem como reparar minimamente as discriminações praticadas outrora.

### 3 Considerações Finais

Em decorrência de ações internacionais e nacionais, a partir dos anos de 1990, vem se constituindo no Brasil uma política de inclusão de indígenas no Ensino Superior público, configurada no âmbito das chamadas ações afirmativas. Assim, as políticas para inserção dos indígenas no ensino superior do país vão tomando uma maior amplitude, pois o acesso ao Ensino Superior é, sem dúvida, uma conquista que se soma às reivindicações das comunidades indígenas.

Esta pesquisa constata que as instituições de Ensino Superior vêm passando pela experiência de receber estudantes indígenas, até então tratados como *o outro*, os desconhecidos, distantes dos bancos acadêmicos. Os estudantes indígenas têm também assumido a responsabilidade de enfrentar e discutir a diversidade cultural e social, que se apresenta cada vez mais por meio da presença dos alunos oriundos de uma realidade cultural, social e econômica distinta daqueles que ingressam na instituição.

No Instituto de Natureza e Cultura –INC/UFAM/Benjamin Constant-AM, encontram-se estudantes das mais variadas etnias, dentre elas: Tikuna, Kokama, Witoto, Mayoruna, Marubo, Kanamari, Kambeba, Kaixana entre outras. É nesse ambiente de formação, em que a socialização ocorre de forma intercultural, que o diálogo universitário indígena deve ser valorizado, permitindo a interculturalidade de saberes no meio acadêmico.

O desafio é formar a nível superior os indígenas, preparando-os para participação nas questões que lhes afetam, realizando suas próprias pesquisas e para formularem novas questões a serem abordadas dentro e fora da universidade; criando espaços de convergência que estimulem o diálogo de saberes entre as diferentes culturas, fortalecendo assim a articulação entre saberes científicos e indígenas; em que se prevaleça a troca de conhecimentos; buscando a igualdade de oportunidades por meio da valorização das diferenças, respeitando os saberes



indígenas, a sua forma de expressar, a sua linguagem, a sua cultura; fortalecer a identidade dos grupos étnicos, reconhecendo as diferenças entre eles e as relações dialógicas como condição para a promoção de um crescimento intelectual recíproco e simétrico. Enfim, formar indígenas sem abandonar o rigor metodológico e o instrumental teórico científico, mas construindo o conhecimento por meio do diálogo entre os modelos cognitivos dos povos indígenas e não indígenas.

#### 4 Referências Bibliográficas

AMARAL, W. R. do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2010. 594 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

BERGAMASCHI, M. A. (Org.). **Povos indígenas & educação**. Rev. bras. Estud. pedagogia., Brasília, v. 99, n. 251, p.37-53, jan./abr. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico.

BRADLEY, Harriet. **Fractured identities: changing patterns of inequality**. Cambridge: Polity Press, 1996. Capítulo 4, “Gender: rethinking patriarchy”.

BONIN, I. T. **Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor**. In: Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 95-104.

DELZESCAUX, Sabine (2001), **Norbert Elias: Une sociologie des processus**, Paris, L’Harmattan.

ELIAS, N. **a sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.

ELIAS, N. **a sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

ELIAS, N. **introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.





## 5° EPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13,14 e 15/09/2019

Benjamin Constant/AM - Brasil

ELIAS, N. **o processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 2, 1993.

ELIAS, N. **o processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 1, 1994a.

FAUSTINO, R. C. **Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena**. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

HONORATO, T. **Reforma Sampaio Dória: professores, poder e figurações. educação & realidade**. Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1.279-1.302, out./dez., 2017.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e estatística**. 2010. Disponível em: < [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 21 de junho 2018.

LIMA, A. C. S.; HOFFMAN, M. B. (Org.). **Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil: Políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2007.

PAIXÃO, Marcelo. **Diversidade e multiculturalismo: novos rumos para a Universidade brasileira**. In: **Negros, Indígenas e educação superior/** Ahyass Siss, Aloisio Jorge de Jesus Monteiro (orgs.) : Aguilera Urquiza. [et al.] , - Rio de Janeiro: Quartet: EDUR, 2010.

PALADINO, M. **Um mapeamento das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas no ensino superior**. In: BERGAMASCHI, M. A.; NABARRO, E.; BENITES, A. (Orgs.). *Estudantes indígenas no ensino superior*. uma abordagem a partir da experiência na UFRGS. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2013.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo : Contexto, 2008.

**Plano de Desenvolvimento para Povos indígenas** elaborado pela FUNAI em 2012. Disponível em: < [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)>. Acesso em: 21 de junho 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1996.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; IORIS, Edwiges Marta. **A presença de estudantes indígenas na Universidade Federal de Santa Catarina: um panorama a partir do programa de ações afirmativas – PAA/UFSC**. Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.3, no 1, p.212-236, jan./jun. 2013 ISSN: 2236-6725



## 5° EPPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13,14 e 15/09/2019

Benjamin Constant/AM - Brasil